

DESIGUALDADES E POLÍTICAS DE GÉNERO

Organização

Manuel Carlos Silva

Maria Luísa Lima

José Manuel Sobral

Helena Araújo

Fernando Bessa Ribeiro

hnmus

DESIGUALDADES E POLÍTICAS DE GÉNERO

Organização: Manuel Carlos Silva, Maria Luísa Lima,
José Manuel Sobral, Helena Araújo e Fernando Ribeiro

Capa: António Pedro

© EDIÇÕES HÚMUS, 2016

End. Postal: Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Dezembro de 2016

Depósito legal: 419558/16

ISBN 978-989-755-239-7

Debater o Social - 44

Lista de Siglas e Abreviaturas

CIDM	Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CITE	Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
EBE	Estados de Bem-Estar
ECV	<i>Encuesta de Condiciones de Vida</i>
E _n	Entrevista e respetivo número
Emj	Entrevista a Magistrada/o Judicial
EPF	<i>Encuesta de Presupuestos Familiares</i>
EWCS	<i>European Working Conditions Surveys</i>
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
IDG	Inquérito sobre Desigualdades de Género
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IFDEP	Instituto para o Fomento e Desenvolvimento do Empreendedorismo em Portugal
INE	Instituto Nacional de Estatística
IQBCB	Inquérito por questionário em Braga e Castelo Branco
LFS	<i>Labour Force Survey</i>
NUTS	Unidades Territoriáis para Fins Estatísticos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
POPH	Programa Operacional de Potencial Humano
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
UE	União Europeia
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO, ESTRATÉGIAS DE PESQUISA E SÍNTESE DOS CONTRIBUTOS

Manuel Carlos Silva¹, Luísa Lima², José Manuel Sobral³, Helena Araújo⁴ e Fernando Bessa Ribeiro⁵

1. Introdução

A desigualdade de género é antiga. Para uma grande parte dos autores ter-se-ia verificado nas ditas sociedades primitivas, designadamente em torno da divisão sexual do trabalho nas sociedades caçadoras e recolectoras (Service, 1971; Silberbauer, 1981; Barnard, 2007). Assim, enquanto a mulher, a quem cabia também um papel relevante na recolha de frutos e plantas silvestres, se ocupava também com a cabana e, mais tarde, a casa, nas sociedades sedentárias, a cuidar dos filhos, o homem dedicava-se a recolher os frutos ou produtos da terra e da caça, constituindo a retenção ou o controlo desses recursos a base de dominação masculina sobre a mulher.

Do ponto de vista sociológico e político, podemos olhar para as questões de género e para as lutas das mulheres pela emancipação perante a dominação masculina a partir da célebre afirmação de Simone de Beauvoir [2009 (1949) II:13], fixada no seu volume II do livro “O segundo sexo: a experiência vivida”: *“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”*.

1 Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova_UMinho), Universidade do Minho (mcsilva2008@gmail.com).

2 Centro de Investigação e Intervenção Social (CIIS), ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (luisa.lima@iscte.pt).

3 Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa (jose.sobral@ics.ulisboa.pt).

4 Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIE), Universidade do Porto (haraújo@fpce.up.pt).

5 Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova) (fbessa@vodafone.pt).

Quer dizer, ninguém nasce mulher ou homem, tornamo-nos mulheres ou homens, por via de complexos processos de socialização de valores de género e de inscrição nas práticas sociais que o envolvem. Sempre sujeita a lutas, negociações e mudança que agem permanentemente sobre a nossa identidade, como explicita Weeks (1986), a questão de género assume um lugar preponderante na definição da sociedade que somos e no modo como nos relacionamos nos mais diversos domínios da vida social, seja no trabalho, seja no espaço doméstico, seja no campo da intimidade e do amor. Numa perspetiva sociológica, o género é também, como veremos, um campo de expressão de desigualdades, que se articulam com outras, como as de classe, a étnica e etária e que se repercutem sobre os homens e as mulheres nos diversos espaços da vida social.

Sem prosseguir agora na discussão teórica – a qual terá lugar no capítulo 2 –, no que concerne a revolução industrial, em Inglaterra, do final no século XVIII, as mulheres passaram a integrar o mercado de trabalho, ganhando o equivalente a metade do salário que ganhavam os homens, para desempenharem as mesmas funções, no mesmo período de tempo – isto por serem vistas como mão-de-obra inferior. A revolução industrial, ao incorporar as mulheres de forma sub-remunerada, assim como as crianças, acabou por reproduzir e acentuar a já existente desigualdade de género neste processo de ampliação de mão-de-obra industrial, tal como, também nas revoluções políticas ocorridas, já se tinha verificado uma subalternidade das mulheres, nomeadamente nos direitos políticos.

Centrando-nos nos séculos XIX e XX – sobretudo este último em que o movimento emancipatório obteve maior expressão – podemos dizer que as discriminações, sendo visíveis nas interações do quotidiano, tinham lugar nos diversos tipos de organização e instituições, designadamente estatais. Com efeito, o Estado no século XIX, embora já sob pressão dos ténues movimentos feministas, continuou a legitimar a discriminação sexual, não reconhecendo às mulheres os mesmos direitos cívico-políticos que aos homens.

O Código Civil Napoleónico – que, aliás, serviu de inspiração em muitos países sobretudo mediterrânicos – manteve, por um lado, o acantonamento das mulheres à esfera familiar e, por outro, os homens como ‘chefes de família’, subalternizando aquelas. Desta forma, o poder político legitimou a divisão entre o mundo público dominado pelos homens e o mundo privado habitado mormente pelas mulheres, levando a uma desvalorização deste último. Perante este domínio patriarcal na sociedade e no Estado surge o movimento sufragista (Giddens, 2013), o qual, exprimindo a revolta de

muitas mulheres contra esta situação, reivindicava o direito de voto, uma vez que a concretização deste direito viria a permitir o acesso à política e à cidadania, iniciando, assim, a correção doutras desigualdades nos âmbitos económico, social e cultural. Esta luta percorreu um longo caminho, tendo sido conseguidas algumas vitórias parciais mas apenas nalguns países, sobretudo desde o início do século XX. É de referir, a título ilustrativo, que as mulheres são solidárias com os soldados mobilizados para a I Guerra Mundial, mas exigem reformas, a começar pelo direito de voto. De facto, no final da I Guerra Mundial, foi reconhecido o direito de voto às mulheres em vários países, mas só no final da II Guerra Mundial é que o direito das mulheres ao voto se estendeu à maioria dos países europeus e americanos (cf., entre outros, Schouten, 2011). O reconhecimento do direito de voto constituiu uma importante vitória da democracia e dos direitos humanos e, em particular, do nascente movimento feminista. Porém, tal não significou o fim da discriminação a vários níveis e dimensões, incluindo a política. De facto, através de determinados mecanismos e instituições como a família, as mulheres mantiveram-se como responsáveis e cuidadoras pelas tarefas da vida doméstica e pelos filhos, enquanto os homens eram definidos, nomeadamente nas formulações jurídicas do direito de família, como ‘chefes de família’, continuando a discriminação a marcar a vida das mulheres. Nos finais dos anos 40 e, sobretudo, 50 do século passado, esta visão dominante de considerar a mulher prioritariamente como esposa e mãe começou a ser quebrada com figuras proeminentes como Simone de Beauvoir com a publicação de *Segundo Sexo* em 1949, a qual, ao afirmar que as mulheres se definem como mulheres não tanto pelo nascimento, mas mais pela construção social que delas se fez ao longo da história e, em concreto, da sua trajetória de vida, representou de facto um corte com os padrões normativos, culturais e jurídicos predominantes.

Este grito de Beauvoir (2009) teve eco nos próprios movimentos feministas mais radicais, sendo retomado pelo feminismo nos anos 60 e 70 do século XX, o qual, tomando consciência dos vários tipos de discriminação e opressão das mulheres, apontava o poder patriarcal como o alvo de crítica e luta não só em termos institucionais mas também nas relações interpessoais. É nesta época que surgem com maior força quer o movimento feminista de cariz socialista, quer, sobretudo, num momento seguinte, um feminismo mais radical que contesta a perspetiva marxista e dá maior (ou exclusiva) importância ao conceito de género, por contraste com o conceito de classe, para explicar as desigualdades entre homens e mulheres.

Procedendo a uma brevíssima síntese histórica, as lutas feministas caracterizam-se por três vagas: a primeira vai de meados do século XIX até meados do século XX, a segunda até finais da década de 1980, a partir da qual surge a atual terceira vaga. Na primeira vaga as reivindicações estavam colocadas na defesa da igualdade de direitos políticos e civis, com destaque para o direito ao voto, de propriedade, herança e liberdade de escolha do cônjuge. Já na segunda vaga, o movimento feminista vai criticar e lutar contra as desigualdades decorrentes da organização política e económica que, no seu entender, refletiam os fundamentos patriarcais das estruturas económicas e políticas. Tal era evidente no campo do trabalho e da família, ambos sujeitos à dominação masculina, podendo neste âmbito registar as lutas não só pela igualdade no acesso e exercício da profissão, como as reivindicações pelo direito ao divórcio e as críticas aos valores familiares tradicionais, incluindo os relacionados com a maternidade. Hoje, a terceira vaga procura sobretudo denunciar as visões essencialistas e redutoras da condição feminina. Ainda que existam diferenças e divisões sensíveis no interior do movimento feminista, cremos que dever-se-á relevar aquelas (e aqueles) que defendem não existir nenhuma natureza social específica à condição de mulher (como aliás à de homem), sendo antes um processo socioestrutural, organizativo e de construção social e histórica que importa conhecer para melhor identificar as opressões que afetam as mulheres. As lutas emancipatórias empreendidas pelo movimento feminista desde o século XIX até hoje, apesar de inacabadas e das fortes divergências existentes no seu seio, deram um contributo significativo para a melhoria da situação social das mulheres. Entre outros aspetos, estas lutas facilitaram o acesso das mulheres ao salariedade e estimularam a produção de legislação para a sua equiparação jurídica face aos homens. Porém, no que respeita ao salário, os numerosos estudos sobre género realizados nas sociedades capitalistas modernas mostram que as mulheres com trabalhos remunerados estão sujeitas a diversas formas de discriminação que se exprimem na execução de tarefas de menor prestígio e exigência técnica, associadas a salários inferiores, mesmo quando realizam tarefas idênticas às dos homens, e menores possibilidades de promoção e de acesso a cargos de direção (cf. England, 1997: 45-66).

Para muitos a condição fundamental para a emancipação feminina é o trabalho. Obter um rendimento regular, em resultado da realização de uma tarefa profissional, é o instrumento necessário e suficiente para a emancipação. Esta apenas teria de ser complementada pelas leis visando a igualdade de oportunidades e medidas de discriminação positiva, como as quotas a nível político. Sem negar a importância e o alcance social destas medidas, é

necessário convocar outros aspetos relevantes. Em primeiro lugar, não podemos esquecer que a presença das mulheres no mundo do trabalho na modernidade é marcada por um duplo movimento, primeiro de aproximação, seguidamente de afastamento. Se na fase inicial da industrialização as mulheres foram recrutadas em massa para as fábricas, sendo sujeitas, juntamente com os homens a uma intensa exploração, as lutas operárias por melhores salários traduziram-se na conquista do salário alegadamente familiar, que permitiu aos homens ganharem o suficiente para sustentar a família. Esta configuração, se bem que tenha libertado as mulheres da exploração capitalista direta, manteve-as sujeitas à dominação masculina, propiciando condições à intensificação da exploração do trabalho masculino extradoméstico. Ao mesmo tempo assegurava-se a reprodução em condições vantajosas da força de trabalho, através dos cuidados proporcionados aos homens e às crianças devido à presença permanente das mulheres no espaço-doméstico. É de destacar que a intensificação do referido trabalho masculino não teria sido possível sem a prestação, por parte das mulheres, de trabalho doméstico não pago, essencial para permitir aos homens a presença diária nas fábricas. Este facto levou, como salientou Crompton (1997:26), ao desenvolvimento de uma ideologia da separação entre homens e mulheres, que legitimava o acantonamento das mulheres no lar e no trabalho doméstico, deixando aos homens o trabalho assalariado e o uso dos espaços públicos. Ainda que fundamentais no plano jurídico, não basta reivindicar a igualdade de oportunidades no emprego, “trabalho igual, salário igual”, assim como igualdade de acesso à educação e à participação política para assegurar a emancipação das mulheres. Esta estratégia, que faz parte da agenda do feminismo liberal (cf. Crompton, 1997), embora reúna importantes virtualidades ao nível da democratização das relações entre os sexos, contribui para a manutenção do *statu quo*, pois não questiona a emancipação feminina num quadro mais alargado, que tem de ser necessariamente o da crítica do capitalismo pela denúncia sistemática das contradições e das injustiças a ele inerentes. É nesta linha emancipatória que muitas feministas procuram conjugar as lutas empreendidas pelos movimentos feministas com as que são levadas a cabo pelos trabalhadores e trabalhadoras contra a exploração e opressão de classe. A análise da articulação classe-género e das diversas formas de desigualdade que lhe são inerentes é crucial. É cada vez mais aceite que não basta eliminar a desigualdade de classe para fazer desaparecer todas as outras formas de desigualdade, como a que se baseia na divisão sexual do trabalho e noutras bases de cariz político e cultural-simbólico, e vice-versa. A revisitação das sociedades, presentes e passadas, permite constatar que a

dominação masculina sempre existiu em todas as formações sociais, quer as mais remotas como as escravagistas e feudais, quer as contemporâneas como as capitalistas e as ditas socialistas. Ou seja, para combater as desigualdades fundadas no género há que analisar o modo como se constrói a divisão sexual do trabalho, considerando os recursos organizacionais, políticos, culturais e outros, bem como a definição social do género e as formas como a diferença dela resultante se faz sentir. Estas desigualdades estão sustentadas na presença hegemónica dos homens nos círculos de poder, em especial nos da política e da economia, que contribuem para reproduzir e legitimar esta ordem social. Aliás, não podemos ignorar que as mulheres podem também desempenhar papéis de dominação com base na propriedade dos meios de produção, nas qualificações e nos recursos organizacionais. Em termos de opressão de classe, não existe nenhuma diferença relevante entre uma qualquer forma de opressão executada por homem face a uma executada por uma mulher.

Apesar do contributo positivo do feminismo liberal nas lutas pelos direitos políticos das mulheres, contra o sexismo e contra a discriminação salarial, este tem sido criticado por autores/as marxistas por não atenderem a efeitos de desigualdades mais amplas, ligadas à estrutura de classes. As feministas que alinham por esta última corrente sustentam que a emancipação implica, para os homens e as mulheres vítimas do capitalismo e do patriarcado, a abolição de todas as formas de opressão, como as que se baseiam na hierarquia, na exploração e na subjugação (cf. Evans, 1995: 14). A este feminismo há que juntar outras correntes feministas progressistas que, em articulação com as correntes políticas e teóricas críticas e emancipatórias, procuram identificar as formas específicas de opressão existentes no mundo actual – a opressão gerada pelas relações de género, exercida muito particularmente sobre as mulheres, e a opressão de classe, particularmente exercida sobre os trabalhadores e as trabalhadoras. Ambas acreditam que essas formas de opressão não só devem como podem ser eliminadas. Ou seja, a luta pelos direitos das mulheres é inseparável da luta, na qual elas também são parte interessada e ativa, por uma sociedade mais justa, livre e emancipada. As lutas no campo do género continuam, pois, a ocupar um lugar central nas sociedades contemporâneas. Não só porque a igualdade de género na vida quotidiana não foi ainda concretizada, incluindo nas atuais sociedades liberais, não obstante os manifestos avanços no campo jurídico-legal, mas também porque, como bem sabemos, os direitos conquistados nunca estão definitivamente garantidos, antes podem, como tem acontecido nos últimos anos com muitos direitos laborais, ser revertidos e mesmo anulados.

Observando agora a situação em Portugal, numa leitura apressada e menos prevenida poderíamos ser levados a concluir que as mulheres vivem num contexto social favorável. Temos, por exemplo, as garantias jurídicas proporcionadas pelo vasto conjunto de leis produzido desde 1974. Nos artigos 12º (princípio da universalidade) e 13º (princípio da igualdade) da Constituição da República Portuguesa assegura-se a igualdade de direitos e a não discriminação com base no sexo, fazendo com que em Portugal o estabelecimento da igualdade formal de oportunidades seja um processo encerrado. Por outro lado, tal como acontece, ainda que em menor medida, em países capitalistas avançados, presente-mente a elevada taxa de feminização do trabalho faz com que a percentagem de mulheres que dependem economicamente dos homens seja a mais baixa de sempre, verificando-se mesmo uma elevada taxa de ocupação profissional, embora amiúde por razões de complementaridade do insuficiente rendimento masculino. Importa, porém, densificar a aproximação à realidade que é algo bem diferente da proclamada igualdade de género. Não só porque, como há muito nos mostrou a sociologia do direito, existe um desfasamento entre a lei escrita e a lei em ação (Santos, 1994; Machado, 2007), como também porque, seguindo Bourdieu (1999), há uma certa autonomia da economia dos bens simbólicos que faz com que determinadas práticas e relações de género persistam para lá das alterações jurídicas e mesmo económicas. Acresce ainda que estas práticas e relações desiguais de género revelam uma certa resiliência dos valores que organizam uma determinada moral que resiste e demora a mudar, não obstante as mudanças ocorridas em outros campos da vida económica, política e social.

Apesar da situação presente das mulheres estar longe daquela que elas viveram há algumas décadas atrás, o quadro continua a ser bem difícil. Mesmo nos países mais desenvolvidos, as mulheres têm mais dificuldades em chegar a cargos e profissões melhor remunerados; a maioria dos lares pobres é encabeçada por mulheres e, as políticas neoliberais de destruição do Estado social provocam especiais efeitos nos direitos e condições sociais das mulheres. Por outro lado, as forças políticas e sociais conservadoras persistem, ora em negar, ora em reverter direitos fundamentais como o da interrupção voluntária da gravidez.

Hoje, a crise, que desfigura a nossa sociedade e tantas vidas já destruiu, tem também uma dimensão feminina. Dados recentes divulgados pelo Eurostat mostram que o fosso salarial em Portugal passou de 9,2% para 13,0% entre 2008 e 2013. Ainda que esteja abaixo da média europeia (16,4%), foi o país que teve o maior aumento neste período, enquanto na maioria dos países da União Europeia diminuiu. Persiste também o emprego a tempo

parcial, atingindo $\frac{1}{3}$ das mulheres, sendo que os homens nesta situação representam apenas 8,2% do trabalho masculino. Por fim, as mulheres continuam a suportar a dupla tarefa do emprego e do cuidar da casa e dos filhos.

2. Métodos e estratégia de pesquisa

O projecto sobre (des)igualdades de género no trabalho e na vida familiar foi finalizado em 2011, cujo relatório, para além de ter proporcionado algumas publicações em artigos e capítulos de livros, nomeadamente por parte do investigador responsável, deu lugar à organização e realização de um Colóquio Internacional sobre *Desigualdades e Políticas de Género* a 26 e 27 de Outubro de 2011. Este, para além da participação de membros da equipa, contou com o contributo de várias investigadoras/es nacionais e estrangeiras/os. Neste quadro, a primeira parte deste livro condensa basicamente capítulos de livros produzidos pelas autoras convidadas/os no referido colóquio, a que se seguem, na segunda parte, diversos capítulos preparados e trabalhados por membros da equipa de investigação.⁶

Do ponto de vista metódico-técnico, neste estudo, embora nos tenhamos socorrido dalguma análise documental, assumimos e aplicamos como instrumentos básicos o tratamento de estatísticas a nível nacional, a entrevista e sobretudo o inquérito por questionário. O investigador responsável e demais membros corresponsáveis nos diversos centros de investigação envolvidos decidiram, com base na autorização da FCT e o respaldo da instituição proponente e das instituições participantes, a contratualização, após consulta e receção de várias propostas, com uma empresa especializada na recolha e inserção de inquéritos numa base de dados a nível nacional – a TNS-Euroteste. O questionário, elaborado pelo investigador responsável, tendo podido contar com a colaboração de Luísa Lima e das bolsistas Ana Reis Jorge e Aleksandra Queiroz e contributos pontuais doutros investigadores/as, foi calculado para uma duração de cerca de 45 minutos, a que acresceram quatro perguntas abertas. O questionário a aplicar, depois da sua discussão e aprovação com

⁶ O projeto, aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/SDE/72257/2006), foi coordenado por Manuel Carlos Silva, então director do Centro de Investigação em Ciências Sociais e principal relator. Contou com a colaboração de investigadores de outros centros de investigação, a saber, Luísa Lima do Centro de Investigação e Intervenção Social (CIIS) do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, de José Manuel Sobral do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Porto e de Helena Araújo do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIEE) da Universidade do Porto e de Fernando Bessa Ribeiro do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

os demais parceiros do projeto, foi fornecido à TNS-Euroteste, sendo da responsabilidade da TNS emitir um parecer técnico do mesmo, o que deu lugar a algumas sugestões de melhoria e alterações pontuais.⁷

Uma vez aprovado o questionário final, este foi devidamente codificado nas questões e respostas. A sua implementação ficou a cargo da TNS, sendo também acordado que, no final de cada questionário, seria solicitada a autorização do entrevistado para identificarmos as suas respostas, para que, de acordo com o seu perfil, pudesse ser posteriormente contactado para, com o seu consentimento prévio, colaborar em entrevista numa segunda fase do estudo, mais qualitativa e aprofundada.

Seguidamente foi realizada a recolha da informação em trabalho de campo. Tendo em conta os dados de 2001, disponibilizados pelo INE e relativos ao Recenseamento Geral de Indivíduos e Habitação em que existiam, no conjunto das regiões em estudo, 7.719.986 indivíduos residentes com 18 ou mais anos, a amostra deste estudo foi constituída por 802 indivíduos de ambos os sexos, residentes em diferentes regiões (NUTS II) de Portugal Continental, nomeadamente: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Foi assim aplicado um inquérito a nível de Portugal continental com base numa amostra aleatória, tendo em conta a situação de ativo-não ativo, rural-urbano e diversas outras variáveis como sexo, profissão, habilitação, idade. Por razões de eficiência assumimos o método de amostragem não probabilístico. Neste caso a população foi estratificada pelas NUTS II, seleccionando-se a subamostra dentro de cada estrato da região, de modo não aleatório, por quotas. De forma a existirem bases robustas ao nível da região, foi feita no início a distribuição da amostra de 800 inquéritos por cinco regiões de Portugal continental: 200 no Norte, 200 no Centro, 200 em Lisboa e Vale do Tejo, 100 no Alentejo e 100 no Algarve. Uma das limitações desta amostra é o facto de não ter abrangido as regiões dos Açores e da Madeira. Foram consideradas tanto zonas urbanas como zonas rurais. Assim, em termos de sexo foram inquiridos 383 homens e 417 mulheres, 470 ativos e 330 não ativos, tendo em conta a sua distribuição por escalões etários, níveis de

⁷ Embora tenham sido feitos pré-testes com o inquérito, após termos primeiramente aventado a hipótese de gestão e aplicação directa dos inquéritos, num segundo momento optámos pela contratualização deste serviço a uma empresa credenciada no mercado, tendo sido elaborado um protocolo entre as diversas instituições – proponente e participantes – e a TNS-Euroteste, a empresa seleccionada com melhor proposta entre as que surgiram. Uma vez acordados os termos do contrato assinado pelas partes envolvidas, foi agendada pelo responsável do projeto uma reunião inicial com as responsáveis da TNS, Dr^a Teresa Veloso e Dr^a Ana Fonseca, na qual se discutiram os aspetos mais relevantes e, consequentemente, a aplicação do questionário.

escolaridade e profissões, tal como se evidenciará na parte da análise dos dados. Com questões colocadas aos inquiridos abordando nomeadamente o sexo, a idade, a profissão, o tipo de residência (rural ou urbano), ativo-não ativo, as respostas obtidas e tratadas estatisticamente foram conjugadas com a exploração de elementos de natureza qualitativa, resultantes da interação dos membros da equipa de investigação com os atores sociais observados e, em particular, as entrevistas levadas a cabo pelas bolsieras de investigação Alexandra Queiroz e Ana Reis Jorge. Com a supervisão do responsável do projeto, coadjuvado por Luísa Lima e, mais diretamente, sob a supervisão das responsáveis da TNS-Euroteste, os inquéritos foram conduzidos por entrevistadores experientes, da TNS, com 18 ou mais anos, devidamente treinados para este tipo de metodologias e estudo, com *briefing* específico e simulação de entrevista. Os entrevistadores foram formados pela TNS em técnicas de seleção e entrevista e cientes dos objetivos e alcance da investigação a desenvolver. O trabalho de cada entrevistador foi inspecionado telefonicamente, assumindo-se uma taxa de inspeção de 10% de todo o trabalho efetuado por cada entrevistador. Em termos técnicos, de forma a dar resposta aos objetivos anteriormente mencionados, foi proposta e executada uma metodologia de âmbito quantitativo, com recurso a entrevista presencial (*Computer Assisted Personal Interviewing* – C.A.P.I.), mediante questionário semiestruturado. A realização do questionário através do sistema de C.A.P.I. permitiu a recolha e a gravação da informação em suporte magnético. No caso das perguntas abertas, foi impressa uma listagem com cerca de 40% das respostas obtidas. Através desta listagem foi desenvolvido um plano de codificação e as respostas foram gravadas no suporte magnético já existente. Após a recolha da informação, os dados foram objeto de uma validação individual, para determinação de eventuais inconsistências. O ficheiro de dados foi ainda submetido a testes de consistência lógica, a fim de assegurar a qualidade dos resultados apresentados. Os dados recolhidos foram entregues num ficheiro em formato SPSS e enviado um relatório técnico, incluindo os seguintes elementos (i) identificação dos técnicos responsáveis pelo estudo; (ii) descrição do processo de amostragem; (iii) duração mínima, máxima e média das entrevistas; (iv) número de entrevistadores participantes no estudo; (v) caracterização da amostra obtida em termos de sexo, idade, escolaridade e situação profissional. A TNS, procedendo de acordo com normas do Código Deontológico ESOMAR, comprometeu-se a garantir a total confidencialidade sobre os dados fornecidos pelo cliente e obtidos durante o processo de recolha e de análise de informação. Nesta obra,

para além das figuras das variáveis referidas, são também apresentados as figuras resultantes do cruzamento destas variáveis com a variável género e doutras variáveis relevantes como sejam a habilitação, a profissão e a idade.⁸

Para todas as variáveis cruzadas com o género dos participantes foi realizado: (i) o teste do Qui-quadrado, nos casos de variáveis categoriais, tendo sido interpretados os valores residuais ajustados iguais ou superiores a dois; (ii) o teste t para amostras independentes, nos casos de variáveis contínuas. Através destes testes foi possível compreender se as diferenças observadas nas figuras são, do ponto de vista estatístico, significativas. Em todas as análises, considerámos significativos níveis de significância iguais ou inferiores a 0,01 (margem de erro de 1%).⁹

Para além do inquérito por questionário como instrumento básico foram ainda aplicados dois tipos de entrevistas: uma a empresários e/ou gestores e um outro a cidadãos/ãs que no inquérito se disponibilizaram a tal ou outros cidadãos/ãs por método de bola de neve, entre os quais várias pessoas divorciadas e com filhos menores. Foram também entrevistados alguns juízes relativamente às questões do divórcio e regulação das responsabilidades parentais, sendo estas já mais objeto de desenvolvimento na tese de doutoramento de Ana Reis Jorge. Por fim, foram ainda utilizados outros instrumentos metódico-técnicos. A fim de obter um quadro geral da evolução do emprego e desemprego, dos padrões de conciliação do trabalho doméstico e extradoméstico, da evolução sobre as formas de família e conjugalidade, assim como do quantitativo de divórcios em Portugal, foram utilizadas estatísticas nacionais sobretudo do INE e, a nível europeu, as fontes estatísticas do Eurostat, além de fontes

8 Por exemplo, a variável "1ª característica de nomeação do chefe" (a) [P18A] – [p18c] (b) em que (a) é a descrição da variável na base de dados e (b) a identificação das variáveis apresentadas na Figura de acordo com a sua identificação na base de dados; neste exemplo, desde a P18A até à P18B.

9 O trabalho de tratamento estatístico foi realizado por Maria Baptista, especialista doutorada contratualizada para o efeito, sob a orientação do investigador responsável e de Luísa Lima, membro co-responsável da equipa. Um problema que surgiu durante as análises estatísticas prendeu-se, segundo Maria Batista, com o facto de o teste do Qui-quadrado nem sempre poder ser aplicado com rigor, devido à existência de células com frequência esperada inferior a cinco unidades. Nestas situações existem duas opções: a diminuição do número de categorias ou a realização do teste do Qui-quadrado por simulação de Monte-Carlo. A simulação de Monte-Carlo "é um método estatístico que procura determinar a probabilidade de ocorrência de uma determinada situação, através de um conjunto elevado de simulações, baseado na geração aleatória de amostras a partir do conhecimento empírico da população em estudo" (Maroco, 2003: 91). Assim, quando necessário, optámos por realizar o teste do Qui-quadrado por simulação de Monte-Carlo, seguindo as recomendações de Maroco (2003), para permitir alguma segurança nos resultados apresentados.

secundárias de estudos já realizados.¹⁰ Em suma, as fontes estatísticas a nível europeu e nacional foram relevantes para fins comparativos dos indicadores. Além disso, foram recolhidos e tratados em dez comarcas e tribunais de família 400 processos judiciais de divórcio e regulação das responsabilidades parentais, os quais foram inseridos numa base de dados de acordo com uma grelha elaborada pelo responsável do projeto, coadjuvado pela bolsreira doutoranda Ana Reis Jorge.

Tal como já formulamos em trabalhos parcelares, os dados apurados permitem-nos confirmar a hipótese de trabalho avançada: a nível micro e meso, o poder da mulher, nomeadamente nos contextos laboral e familiar, varia em função de vários fatores: recursos e recompensas, participação no processo produtivo, presença de uma hierarquia de papéis sexuais na divisão do trabalho, lugar ocupado na organização/instituição, lugar na reprodução da esfera familiar e respetivas estratégias das atoras/es sociais nas interações e negociações de papéis.

3. Síntese de contributos

Em termos de organização deste livro, ele compreende onze capítulos, os quais se podem dividir em duas partes: a primeira, que contempla os contributos de oradoras(es) nacionais e estrangeiras convidadas para o colóquio e uma segunda parte que recolhe contributos de membros da equipa. No primeiro capítulo da primeira parte, começa-se com esta introdução, seguida de uma apresentação breve da metodologia, ou seja, do conjunto de métodos e técnicas utilizados e, articulado com o quadro teórico-metodológico, é avançada uma hipótese de trabalho.

No segundo capítulo, de autoria de Sara Falcão Casaca, é empreendida uma análise teórica das relações de género. Tendo como pano de fundo as abordagens de orientação estruturalista em confronto com outras de tipo construcionista, a autora, refletindo sobre as diversas conceções e paradigmas, sublinha a importância das abordagens de teor construcionista sem perder de vista determinados constrangimentos estruturais. Neste sentido sublinha a importância da mudança de enfoque do económico para o cultural e do macro para o micro, de modo a compreender-se como as relações de género e suas

¹⁰ Esta tarefa foi realizada de modo sistemático pelas bolsreiras Maria Canelhas, Aleksandra Queiroz e Ana Reis Jorge, servindo como uma das bases de recolha empírica nomeadamente em torno do divórcio para efeito do seminário de projecto da primeira, da tese de mestrado da segunda e da tese de doutoramento da terceira sob orientação do investigador responsável.

formas de dominação e opressão se manifestam na vida quotidiana. Ou seja, a cultura, argumenta a autora, é indispensável para se explicarem as diferenças observáveis em países com contextos institucionais semelhantes. Ocupando boa parte do texto com a discussão do papel do Estado nas relações de género e o modo como elas se operacionalizam no campo do trabalho, Sara Falcão Casaca argumenta que elas são dinâmicas, sujeitas à mudança, estando marcadas pela articulação entre a ação individual e os constrangimentos estruturais. Convocando o conceito de *habitus* de Bourdieu, considera que as práticas são fundamentais para compreender estas relações, marcadas, no seu entender, por uma certa plasticidade e negociação.

Nos capítulos subsequentes da primeira parte dar-se-á conta de reflexões e resultados empíricos extremamente relevantes sobre as desigualdades de género no espaço doméstico e familiar, em contexto espanhol e português, contributos estes proporcionados por investigações autónomas mas trazidos por altura da realização do Colóquio Internacional sobre *Desigualdades e Políticas de Género* a 26 e 27 de Outubro de 2011. No primeiro caso, Capitolina Diaz e Sandra Moreno relevam no capítulo III a desigualdade de género nos lares espanhóis, sem contudo deixarem de destacar as diferenças geracionais, em que tais assimetrias vão conhecendo algumas mudanças consideráveis. Relativamente ao segundo caso vertido no capítulo IV, Maria Johanna Schouten reflete sobre a organização do tempo no espaço doméstico e evidencia como as tarefas domésticas redundam em prejuízo da mulher, sem deixar de sublinhar que a introdução e o desenvolvimento das tecnologias aplicadas ao espaço doméstico aliviam a sobrecarga doméstica feminina.

Segue-se o capítulo V sobre Emprego e Desemprego na União Europeia e em Portugal, o qual foi desenvolvido no quadro do presente projeto, envolvendo Maria Canelhas, como finalista do primeiro ciclo em Sociologia, e Aleksandra Queiroz, então mestranda em Políticas Comunitárias e Cooperação Territorial e Ana Reis Jorge como doutoranda, todas bolsreiras do projeto sob orientação de Manuel Carlos Silva. Neste capítulo, com base nas estatísticas do Eurostat, foi fornecido um mapa sobre as taxas de emprego por género nos Estados Membros da União Europeia e, em particular, em Portugal e suas fases de crescimento, estagnação e diminuição, assim como, em sentido contrário, das correlativas taxas de desemprego; é dado um retrato do trabalho a tempo parcial e razões dessa escolha, assim como dos padrões de emprego – a tempo inteiro ou parcial e por países – em casais com filhos ou sem filhos, assim como o impacto da maternidade sobre o emprego dos respetivos casais;

a taxa de emprego feminino por nível de instrução e número de filhos; a divisão do tempo por trabalho extradoméstico remunerado e trabalho doméstico não remunerado; e, por fim, a normativa jurídica da igualdade de género e as estratégias em prol da mesma no emprego.

Não obstante estarmos cientes das perversidades das desigualdades de género na esfera doméstica e extradoméstica nomeadamente nos diversos sectores laborais, no capítulo VI Ana Paula Marques, dando conta de resultados de uma pesquisa focalizada em 283 jovens (pos)graduadas inquiridas e distribuídas por 43 cursos na Universidade do Minho – 8 dos quais com entrevista semiestruturada –, vem desafiar os leitores com uma proposta centrada no lugar estreito mas potencial do empreendedorismo por parte de jovens mulheres. Este pode funcionar como um instrumento positivo nomeadamente na sua transição académica para a vida ativa, como estratégia de criação de empresa ou de (auto)emprego com valor acrescentado e como potencial de mudança cultural, superação de obstáculos perante o desemprego e outras generalizadas formas ‘atípicas’ mas precárias, e de promoção da igualdade de género na divisão sexual do trabalho doméstico e extradoméstico em consonância com os documentos normativos na Europa e em Portugal sobre a conciliação de trabalho remunerado com a vida familiar.

Na segunda parte são vertidos por Manuel Carlos Silva, Helena Araújo, Luísa Lima, José Manuel Sobral, Fernando Bessa Ribeiro e Ana Reis Jorge parte considerável dos resultados da pesquisa “Desigualdades de Género no trabalho e na vida privada”. Logo no capítulo VII Manuel Carlos Silva e Helena Araújo procedem a uma caracterização sociodemográfica do inquérito a 802 inquiridos em Portugal Continental: a natureza sociojurídica das suas casas e tipos de agregados familiares; sua composição e distribuição por sexo e escalões etários, bem como dos seus cônjuges ou parceiros em união de facto; seu estado civil, assim como dos seus pais e mães; a sua principal fonte de rendimento; e, por fim, a sua escolaridade por sexo, assim como do seu (ex)cônjuge e filhos.

No capítulo VIII Luísa Lima e José Manuel Sobral relevam o modo como os estereótipos de género continuam a ser estruturantes na construção das desigualdades entre mulheres e homens, afetando as diversas esferas da vida social, política, económica e cultural, condicionando os valores, a linguagem, as expectativas e comportamentos. No quadro duma reflexão sobre estereótipos e seus diversos modelos explicativos remetem para os processos de socialização primária e secundária, assim como para o seu reforço ou diminuição nos trajetos e estilos de vida. Mais, os autores focalizam a sua análise das formas

de sexismo hostil e do sexismo benevolente por sexo, idade, profissão, suas similitudes e diferenciações ou variações.

Ainda no campo dos valores Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro exploraram no capítulo IX o modo como determinados valores de ordem religiosa, mormente católica, estão relacionados com a política e como influenciam os comportamentos, não podendo estes ser deslindados dos conceitos de género e de classe. São analisados os valores religiosos, sociais e políticos dos inquiridos/as e entrevistados/as designadamente os aspetos relativos à realização na vida pessoal e profissional por sexo, as crenças e práticas religiosas, as atitudes políticas designadamente em relação a questões de desigualdade de género. Por sua vez, evidenciam como os inquiridos/as denotam ter mais confiança em associações, organizações e movimentos sociais não partidários do que em partidos, o que suscita e interpela os partidos políticos tradicionais. Por fim, o alheamento, quando não a despolitização destas questões, favorece atitudes de maior conformismo e resignação.

Os capítulos subsequentes, prendendo-se com as desigualdades no quadro do casamento e do divórcio, dão especial enfoque à análise dos processos judiciais de divórcio, onde se verificam padrões de desvantagem para as mulheres. O tema do divórcio foi assim trabalhado no capítulo X por Manuel Carlos Silva e Ana Reis Jorge, em que é fornecida uma perspetiva histórica sobre a evolução dos divórcios e das medidas legislativas a nível nacional e europeu. Tal como veremos, com base na observação e análise de 400 processos de divórcio, dar-se-á conta da realidade, detetando quais os fatores envolventes suscetíveis de melhor a compreender e explicar as desigualdades de género no quadro do divórcio. A partir da análise da informação recolhida, os autores conseguiram inferir que, na grande maioria dos casos, a mulher é tendencialmente penalizada em processos de divórcio. Porém, os dados tão pouco permitem generalizações absolutas de que a mulher é sempre e em todas as circunstâncias dominada e vitimizada, ignorando a existência de casos, ainda que minoritários, de homens também vitimizados.

Por fim, no capítulo XI, Ana Reis Jorge, combinando dados do inquérito com resultados de entrevistas realizadas a magistradas/os judiciais e a homens e mulheres divorciados/as com filhas/os, analisa a questão das responsabilidades parentais – tema central da sua tese de doutoramento – dando conta das negociações e vivências associadas às mesmas no contexto do pós-divórcio, enfatizando a dimensão do género.

Bibliografia

- BARNARD, Alan (2007), *Anthropology and the bushman*, Oxford: Berg.
- BEAUVOIR, Simone [2009 (1949)], *O segundo sexo*, vol I e II, Lisboa: Quetzal Editores.
- CROMPTON, Rosemary (1997), "Diferença sexual e análise das classes" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49: 23-43.
- ENGLAND, Paula (1997), "Dependência Sexual, Dinheiro e Dependência Económica nos Estados Unidos da América: Para onde Apontam as Tendências", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49: 45-66.
- EVANS, Judith (1995), *Feminist Theory Today: An Introduction to Second-Wave Feminism*. Londres: Sage Publications.
- GIDDENS, Anthony [2013(1997)], *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MACHADO, Helena (2007), *Moralizar para identificar. Cenários da investigação judicial de paternidade*, Porto: Afrontamento.
- MAROCO, João P. (2003), *Análise Estatística com a utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Silabo.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto: Afrontamento.
- SCHOUTEN, Maria Johanna (2011), *Uma Sociologia do Género*, Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- SERVICE, Elman R. (1971), *Os caçadores*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SILBERBAUER, Georges (1981), *Cazadores del desierto: cazadores y habitat en el desierto de Kalahari*. Barcelona, Mitre.
- WEEKS, Jeffrey (1986), *Sexuality*, Londres e Nova Iorque: Tavistock Publications.